

saúde, casa de recuperação e repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro e de engenharia relativo à construção de estradas, pontes, prédios e obras semelhantes passou a ser de 1,5%.

3. Da Pessoa Jurídica – Base de Cálculo – Lucro Presumido. IRPJ.CSLL.

Com relação aos fatos geradores que ocorrerão a partir de 1º de abril de 2005:

A base de cálculo para fins de apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das empresas prestadoras de serviços, exceto os serviços hospitalares, optantes do lucro presumido foi alterada, de modo que o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta auferida será de 40% (quarenta por cento) e não mais de 32% (trinta e dois por cento).

De outro, a mesma alteração se aplica para fins de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Ocorre que neste caso, a alteração somente passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2006.

Chama-se atenção que tal alteração não se aplica para os “serviços hospitalares” – assim, em rigor, as clínicas que atualmente utilizam-se da Solução de Diver-

gência nº 11, que já foi objeto de considerações em matéria publicada anteriormente não se sujeitariam a tal alteração – ocorre todavia, que o conceito de serviços hospitalares, a que se refere esta Solução, cujo embasamento legal era a Instrução Normativa nº 306/03 foi alterado, tendo em vista a revogação de tal ato normativo, pela Instrução Normativa nº 480/04, que passou a regulamentar tal matéria, o que em outra oportunidade será tratado com mais detalhes.

No momento, frente as inovações trazidas pela INSRF nº 480/04, para fins de equiparação das clínicas a “serviços hospitalares” é imprescindível a observância de outros requisitos, além daqueles que já abordamos em matéria publicada anteriormente de modo, que atualmente, mais do que nunca, aconselhamos que o aproveitamento do percentual de 8% para fins de apuração do IRPJ pelo lucro presumido depende de consulta junto à Secretaria da Receita Federal, o que protegerá as clínicas de eventuais glosas fiscais e dos problemas inerentes.

Enfim, muitos empresários prestadores de serviços, com o objetivo de “fugir” do novo aumen-

to da carga tributária, pretendem alterar seu regime de tributação (lucro presumido para o lucro real). Todavia, é necessário que tal alteração seja realizada mediante análise do caso, sopesando os custos de cada empresa, haja vista que o contribuinte optante pelo lucro real possui diversas obrigações acessórias, o que carrega em custos elevados.

No mais, o Governo mais uma vez nos decepciona, na medida que aumenta a tributação para resolver o seu problema de “caixa”, posto que, pelo que nos parece, tal aumento compensa a perda da arrecadação decorrente dos ajustes realizados na Tabela Progressiva das Pessoas Físicas e dos limites de dedução.

Assim, de acordo com o pronunciamento do próprio Presidente da República, este ano de 2005 será o “Ano do Trabalho”; por certo, já que os efeitos no aumento da tributação é sentido no bom desenvolvimento dos prestadores de serviços, que terão de trabalhar ainda mais para conseguir sobreviver nesta selva fiscal.

Dra. Flávia Miyaoka Kurhara é advogada da área de Direito Tributário da Bueno Barbosa Advogados Associados